



GT 59. Mobilidade dos Povos Indígenas: fronteiras, conflitos, diferenças e direitos

Coordenador(es):

Antônio Hilário Aguilera Urquiza (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Jorge Eremites de Oliveira (UFPEL - Universidade Federal de Pelotas)

Sessão 2 - Povos indígenas, arqueologia e violências

Debatedor/a: Priscila Lini (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

O GT pretende reunir trabalhos de pesquisadores/as que tenham pesquisa sobre os novos contextos ou cenários de mobilidade dos povos indígenas, entre aldeias, entre fronteiras, ou mesmo para centros urbanos, realidades às vezes produzidas por deslocamentos forçados motivados por grandes empreendimentos, ou histórias de expulsão de seus territórios tradicionais e as tentativas de retorno na atualidade. Conforme dados do (IBGE - 2010) ao redor de um terço da população indígena vive em espaços urbanos, enquanto outra parte vive em áreas de conflito, em acampamentos em margem de rodovias, ou mesmo em áreas tituladas por particulares, na maioria dos casos, em contextos de extrema violência. A mobilidade indígena muitas vezes é forma de resistência a múltiplas formas de violências: territoriais, culturais, políticas, de gênero, dentre outras, às quais os levam a intensa movimentação política com novas posições frente a um Estado usurpador de direitos, ao mesmo tempo em que procuram ocupar novos espaços políticos, como universidades e agências do próprio governo. Assim, este GT pretende reunir pesquisadores/as com afinidade na temática indígena e áreas afins que tragam contribuição para esse debate.

?A luta é feita por muitas pessoas?: a busca por parentes e os ciclos de retomadas de terra entre o povo Pataxó Hãhãhã, no sul da Bahia.

Autoria: Jurema Machado de Andrade Souza (UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia)

Durante a década de 1970, líderes do povo Pataxó Hãhãhã, localizado na região nordeste do Brasil, mais precisamente no sul da Bahia, criaram, em torno de distintas famílias indígenas, um grupo intitulado ?Luta pela Terra?. Esse grupo iniciou um processo de busca pelos parentes no intuito de reaverem o território que havia sido invadido pela lavoura cacaueteira e pela pecuária, em décadas anteriores. A invasão foi desencadeada por arrendamentos de partes do território, que havia sido demarcado em 1938, promovidos pelo órgão estatal responsável pela política indigenista de então, e provocou a dispersão da quase totalidade da população indígena por distintos estados da federação. Ocorre que esse povo sofreu dois processos históricos distintos de mobilidade, ou dispersão forçada, nomeados de primeira e segunda dispersão. Em ambos, verifica-se a tentativa de localizar e reunir os parentes dispersos. Esta comunicação pretende descrever e analisar os agenciamentos de contato e comunicação entre as famílias indígenas durante essas dispersões (casamentos entre parentes; visitas; cartas; rezas; mensageiros; listas de nomes de parentes a serem localizados) como políticas de resistência. Essa comunicação também é fruto da minha tese de doutorado em antropologia, defendida em 2019, na Universidade de Brasília, na qual justifiquei que as famílias indígenas durante os períodos das dispersões, quando viviam esparramadas, conseguiram manter os vínculos entre elas através das referências aos locais de origem, primeiramente com os troncos velhos e locais de moradia mais remotos (Pedra Branca, Olivença, Catolezinho, Couro Dantas), e depois, na segunda dispersão, com a própria Reserva Caramuru-Paraguassu; de cartas trocadas; de visitas e casamentos; da procura e localização entre os parentes, e fundamentalmente, por nunca terem abandonado a perspectiva do



retorno à reserva. Foram essas relações e identificação mútua nas trajetórias vividas pelas famílias étnicas que possibilitaram a reorganização no final dos anos 1970, as retomadas de terras e a conformação em torno do etnônimo Pataxó Hãhãhã.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: